

500 QUESTÕES

DETRAN-SP

AGENTE ESTADUAL DE TRÂNSITO



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



DETRAN - SP

*500 Questões Gabaritadas
Agente Estadual de Trânsito*

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	48

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	21

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



RESOLUÇÕES DO CONTRAN

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14



1. (Instituto AVALIA - 2023)

Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- (A) Angélico – sarjeta – tigela – canjica.
- (B) Vernis – desprezo – asia – atrás.
- (C) Groselha – prazer – gis – analisar.
- (D) Beringela – anjinho – jiló – lage.
- (E) Flexa – hoje – bucha – bondoso.

2. (Instituto AVALIA - 2024)

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de diversos países, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional, foi aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Com base nesse acordo, assinale a ÚNICA alternativa que apresenta a escrita correta da palavra.

- (A) Superrevista.
- (B) Contrarregra.
- (C) Auto-aprendizagem.
- (D) Microonda.

3. (Instituto AVALIA - 2023)

A ortografia é uma parte essencial da gramática normativa que trata das regras e convenções de escrita de uma língua. No caso do português, a ortografia é regulamentada pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que estabelece normas para a escrita padronizada.

Acerca do tema, assinale a alternativa que apresenta uma palavra cuja ortografia esteja correta.

- (A) Entertido.
- (B) Atravéz.
- (C) Exessivo.
- (D) Escasses.
- (E) Utensílio.

4. (Instituto AVALIA - 2024)

Analise as orações a seguir e assinale aquela em que mau/mal foi empregado corretamente.

- (A) É melhor não fazer, do que fazer mal feito.
- (B) Não gosto que façam mal juízo das pessoas antes de conhecê-las.
- (C) Ele parece ser um mal funcionário.



1. (Instituto AVALIA - 2024)

Considere os conjuntos $A = \{2, 3, 5, 7, 11, 13\}$, $B = \{1, 4, 6, 8, 9, 10, 12\}$, $C = \{2, 4, 5, 8, 11, 10, 12\}$ e as possíveis relações de pertinência (pertence ou não pertence), inclusão (está contido ou não está contido) e operações entre conjuntos (intersecção, união ou diferença). Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) $C \subset A$.
- (B) $A - B = B$.
- (C) $B \cup C = \{1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12\}$.
- (D) $A \cap B = \emptyset$.
- (E) $4 \in A$.

2. (Instituto AVALIA - 2024)

A partir dos conjuntos $A = (-1, 0, 1)$, $B = (1, 2)$ e $C = (-2, -1, 0, 13)$, define-se uma matriz $M_{2 \times 2} = [m_{ij}]$, cujas entradas são

caracterizadas pelo elemento do conjunto resultante das operações a seguir:

- $(A \cup B) - (A \cup C) = (M_{11})$
- $(A \cap B) \cup (A - C) = (M_{11})$
- $(B \cup C) \cap (B - A) = (M_{21})$
- $(C - B) \cap C - (A \cap C) = (M_{22})$

Com base nessa informação, $\det(M)$ vale

- (A) 0.
- (B) -2.
- (C) 2.
- (D) -6.

3. (Instituto AVALIA - 2023)

No total, existem 100 carros disponíveis para venda no pátio de uma concessionária, sendo 40 carros da classe luxo e 60 carros da classe esportivo, e cada um destes carros pode ter duas ou quatro portas. Entre os carros da classe luxo, 10 deles possuem quatro portas e, entre os carros da classe esportivo, 20 possuem duas portas. Os preços de venda destes carros, segundo as características descritas anteriormente, são apresentados no quadro a seguir.

Classe	Número de Portas	
	2 portas	4 portas
Luxo	R\$ 250.000,00	R\$ 400.000,00
Esportivo	R\$ 75.000,00	R\$ 100.000,00



1. (Instituto AVALIA - 2026)

Uma equipe de cientistas de dados de uma autarquia federal está desenvolvendo um modelo de aprendizado de máquina para prever o risco de evasão de estudantes em cursos de capacitação técnica. Para refinar o poder preditivo do algoritmo, o engenheiro de dados propõe incluir no modelo o histórico detalhado de compras de livros e os registros completos de navegação dos alunos na rede Wi-Fi da instituição, argumentando que essas variáveis aumentam a precisão estatística. Embora o objetivo do modelo seja legítimo e explícito, a inclusão de dados excessivos e desproporcionais para atingir esse escopo viola frontalmente o princípio da

- (A) segurança, que determina a segregação física de tabelas de dados sensíveis na infraestrutura.
- (B) transparência, que obriga o compartilhamento aberto dos pesos estatísticos de modelos preditivos.
- (C) qualidade, que exige a atualização síncrona dos registros cadastrais em ambientes produtivos.
- (D) necessidade, que limita a coleta ao mínimo de dados pertinentes e proporcionais ao objetivo pretendido.
- (E) livre acesso, que faculta a consulta irrestrita de bases governamentais por sistemas automatizados.

2. (Instituto AVALIA - 2025)

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, com o objetivo principal de

- (A) promover o livre comércio de dados pessoais para fins publicitários e comerciais.
- (B) regular a coleta de dados biométricos para uso exclusivo de órgãos de segurança pública.
- (C) garantir a livre circulação de dados pessoais entre empresas, sem restrições.
- (D) proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (E) incentivar a criação de bancos de dados públicos com informações detalhadas sobre todos os cidadãos.

3. (Instituto AVALIA - 2023)

A Lei nº 13.709/18 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Sobre o contido nesta legislação, poderá ser considerado controlador:

- (A) apenas pessoas naturais.
- (B) apenas pessoas jurídicas.
- (C) pessoas de direito público ou privado.
- (D) apenas pessoas de direito público.
- (E) apenas pessoas de direito privado.



1. (2025)

A República Federativa do Brasil tem as suas relações internacionais regidas por princípios listados na Constituição Federal.

Entre esses princípios se encontra:

- (A) A concessão de asilo político.
- (B) O repúdio à misoginia.
- (C) O combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.
- (D) A preservação das fronteiras nacionais.
- (E) A defesa do livre comércio.

2. (2024)

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Promover a soberania.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Engajar o pluralismo político.
- (D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- (E) Fomentar a cidadania.

3. (2024)

Considere a Constituição Federal de 1988 para responder a questão

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, bem como o Judiciário,

- (A) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-concessão de asilo político, intervenção e solução pacífica dos conflitos.
- (B) além do Ministério Público, regendo-se a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da concessão de asilo político, defesa dos povos, cooperação internacional e internacional, dentre outros.
- (C) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da intervenção, igualdade entre os Estados e autodeterminação dos povos, dentre outros.
- (D) além do Ministério Público, regendo-se a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da concessão de asilo político, autodeterminação dos povos, não intervenção e cooperação entre os povos.
- (E) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-intervenção, igualdade entre os Estados e defesa da paz, dentre outros.



1. (Instituto AVALIA - 2026)

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, EXCETO sobre

- (A) o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) as normas relativas ao controle de custos.
- (C) as normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) a destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- (E) as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

2. (Instituto AVALIA - 2026)

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que o projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve ser regido, também, por suas normativas. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Não integrarão as despesas da União, e serão excluídas da Lei Orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais e custeio administrativo.
- (B) É vedado consignar, na Lei Orçamentária, crédito com dotação ilimitada.
- (C) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em legislação específica.
- (D) Não é necessário que todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constem da Lei Orçamentária Anual.
- (E) A Lei Orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual.

3. (Instituto AVALIA - 2026)

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas, assinale a alternativa correta.

- (A) Até 90 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- (B) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, apenas no exercício em que ocorrer o ingresso.
- (C) Serão objeto de limitação as despesas ainda que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
- (D) No prazo de 30 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.
- (E) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

**1. (2025)**

Em relação às competências dos órgãos participantes do Sistema Nacional de Trânsito, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

() O CETRAN e o CONTRADIFE têm a função de elaborar as normas de trânsito, no âmbito de suas competências.

() Os recursos interpostos contra decisões da JARI são julgados pelo CONTRAN.

() A Polícia Rodoviária Federal e as Polícias Militares dos Estados também compõem esse Sistema.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) V – V – F.

(C) V – V – V.

(D) F – V – V.

(E) F – V – F.

2. (2025)

O órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito é o

(A) JARI.

(B) CETRAN.

(C) DETRAN.

(D) CONTRAN.

(E) DENATRAN.

3. (2025)

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e órgão máximo normativo e consultivo é o(a)

(A) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

(B) Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

(C) Polícia Rodoviária Federal – PRF.

(D) Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

(E) Polícia Federal – PF.



Resoluções do CONTRAN

1. (2026)

A Resolução CONTRAN nº 611/2016 regulamenta a Lei nº 12.977/2014, relativa à atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres. Considerando o art. 2º da referida Resolução, deverão ser necessariamente encaminhados para desmontagem, com possível reaproveitamento de peças:

- (A) os veículos apreendidos por ato administrativo ou de polícia judiciária, quando inviável seu retorno à circulação, mesmo por meio de leilão.
- (B) todos os veículos que possuam mais de dez anos de fabricação.
- (C) somente os veículos importados que tenham sofrido sinistro de pequena monta.
- (D) exclusivamente os veículos pertencentes aos órgãos públicos que tenham sido alienados.
- (E) qualquer veículo que apresente defeito mecânico de reparação economicamente viável.

2. (2026)

Conforme o art. 2º, § 2º, da Resolução CONTRAN nº 611/2016, determinados veículos devem ser encaminhados obrigatoriamente para destruição como sucata, sendo vedada a reutilização de suas partes e peças. Essa regra aplica-se, entre outras situações, aos veículos:

- (A) com mais de vinte anos de fabricação, independentemente do estado de conservação.
- (B) incendiados, totalmente enferrujados, repartidos ou cuja autenticidade da identificação ou legitimidade da propriedade não esteja demonstrada.
- (C) adquiridos por empresa devidamente registrada para desmontagem.
- (D) submetidos a reparos estruturais previamente autorizados.
- (E) vendidos diretamente por seus proprietários para reutilização de peças.

3. (2026)

De acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 611/2016, os conceitos de reposição, recuperação e reciclagem de peças apresentam características distintas. Assinale a alternativa que define corretamente a recuperação de peças.

- (A) Utilização imediata da peça, sem qualquer tipo de tratamento.
- (B) Destruição obrigatória de toda peça retirada do veículo.
- (C) Atividade que permite a utilização de peça que necessite de algum tipo de tratamento ou conserto.
- (D) Comercialização de peça nova produzida pelo fabricante original.
- (E) Reintrodução obrigatória do veículo completo no sistema produtivo.

4. (2026)

O art. 4º da Resolução CONTRAN nº 611/2016 estabelece restrições específicas para determinados itens considerados de segurança. Segundo a norma, qual dos itens abaixo não pode ser destinado à reposição, independentemente de seu estado?

**1. (2026)**

De acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, a transformação do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo alterou sua natureza jurídica e estabeleceu características específicas para a nova entidade. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa configuração.

- (A) O DETRAN foi transformado em autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- (B) O DETRAN foi transformado em empresa pública, dotada exclusivamente de autonomia financeira.
- (C) O DETRAN passou a constituir fundação pública de direito privado subordinada ao Poder Legislativo.
- (D) O DETRAN foi convertido em sociedade de economia mista vinculada à União.
- (E) O DETRAN permaneceu órgão integrante da Administração Pública direta, sem personalidade jurídica própria.

2. (2026)

O artigo 4º da Lei Complementar nº 1.195/2013 disciplina a posição institucional do DETRAN-SP no sistema de trânsito. Considerando também a referência ao artigo 7º, inciso III, da Lei Federal nº 9.503/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) O DETRAN-SP exerce exclusivamente funções consultivas em matéria de trânsito.
- (B) O DETRAN-SP é órgão executivo de trânsito do Estado de São Paulo, integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tendo por finalidade executar, controlar e fiscalizar as atividades de trânsito.
- (C) O DETRAN-SP é órgão normativo federal responsável por editar o Código de Trânsito Brasileiro.
- (D) O DETRAN-SP possui competência apenas para fiscalizar rodovias federais situadas no Estado.
- (E) O DETRAN-SP atua exclusivamente no julgamento de recursos contra multas municipais.

3. (2026)

A Lei Complementar nº 1.195/2013 prevê diversas fontes de receita destinadas ao funcionamento do DETRAN-SP. Nos termos do artigo 5º dessa norma, constitui receita da autarquia:

- (A) exclusivamente a arrecadação proveniente de multas de trânsito.
- (B) apenas as dotações previstas no orçamento estadual, vedadas receitas de outras origens.
- (C) as dotações orçamentárias, doações, recursos de contratos e convênios, rendas patrimoniais, operações de crédito e outras receitas previstas na lei.
- (D) somente transferências efetuadas pela União mediante convênio.
- (E) exclusivamente valores arrecadados com leilões de veículos.

4. (2026)

Conforme o artigo 7º da Lei Complementar nº 1.195/2013, a estrutura do DETRAN-SP foi organizada em diferentes órgãos. Entre as unidades expressamente relacionadas pela norma encontra-se:

- (A) o Tribunal Administrativo Estadual de Trânsito.
- (B) a Secretaria Estadual de Transporte Rodoviário.
- (C) o Conselho Superior de Segurança Pública.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!